

## AMÉRICA DO SUL: O PAPEL DOS CONFLITOS NA PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO DO CONTINENTE

VINICIUS MODOLO TEIXEIRA<sup>1</sup>

RITA DE CÁSSIA MARTINS DE SOUZA ANSELMO<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho discute o papel dos conflitos nos projetos de integração da América do Sul, traçando as origens da rivalidade desde o Período Colonial até o presente, tendo como foco principal a região da Bacia do Prata e o seu Bloco Econômico, o Mercosul. A Bacia platina foi durante o Período Colonial um dos pontos de maior conflito entre Portugal e Espanha, estendendo a rivalidade e disputas para os Estados que se formaram no século XIX. Apesar das tensões entre os países, os projetos de integração sempre estiveram presentes nos interstícios dos conflitos, vislumbrados como uma forma de garantir o desenvolvimento conjunto da região. Entretanto, as questões insolúveis da rivalidade entre esses países dificultaram a consolidação dos diversos projetos apresentados e por vezes resultaram na probabilidade de enfrentamento armado. O Mercosul, tem em sua história a influência direta da rivalidade fomentada no por séculos no Cone Sul e no Conflito das Malvinas, em especial, fator decisivo para o surgimento de uma situação de confiança entre Brasil e Argentina. Com vistas a contribuir para os estudos geopolíticos sul-americanos, essa pesquisa trabalha no sentido de discutir a construção da integração entre Brasil e Argentina, e as interferências da rivalidade, questões estratégicas e influências externas que contribuíram para sucesso ou não desses projetos.

**Palavras-Chave:** América do Sul, Conflitos, Integração, Geopolítica, Mercosur.

**Abstract:** This paper discusses the role of conflicts in integration projects in South America, tracing the origins of the rivalry since the Colonial Period to the present, with the main focus of the River Plate Basin and his bloc, Mercosur. The River Plate Basin was during the Colonial Period the greater point of conflict between Portugal and Spain, extending the rivalry and disputes to the countries that was formed in the nineteenth century. Despite the tensions between the countries, integration projects have always been present in interstices of the

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia – Núcleo de Pesquisa Geografia e Memória. Avenida João Naves de Ávila 2121, Bloco 1Q, Bairro Santa Mônica, Uberlândia, CEP38408-206. falecomovinas@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunto I do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. ritacmsou@ig.ufu.br

conflicts, envisioned as a way to ensure the joint development of the region. However, insoluble questions of rivalry between these countries hampered the consolidation of the various projects presented and sometimes resulted in likelihood of armed confrontation. Mercosur has in your history a direct influence of century rivalry fostered in the Southern Cone and specially in the Falklands conflict, a decisive factor for the emergence of a situation of trust between Brazil and Argentina. To contribute to the geopolitical studies of South American, this research discusses the construction of integration between Brazil and Argentina, and the interference of rivalry, strategic issues and external influences that contributed to success or failure of these projects.

**Key-Words:** South America, Conflicts, Integration, Geopolitics, Mercosur.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa “América do Sul: O Papel dos Conflitos na Perspectiva de Integração do Continente”, o qual buscou explorar as relações entre os conflitos geopolíticos e os projetos de integração sul-americanos.

A América do Sul, continente formado na sua porção continental por 13 Estados, frutos de uma herança colonial, tem se mostrado de uma paz relativamente duradoura sem a emergência de um conflito expressivo que envolva grandes movimentações e um empenho significativo para a sua manutenção. Porém são os “pequenos” atritos, advindos de políticas externas divergentes, associações com países centrais, disputas fronteiriças e por recursos minerais um dos principais fatores para a desconexão política e econômica continental, impedindo que laços mais fortes sejam estabelecidos e permitam o desenvolvimento integrado desses países. Porém mesmo os conflitos, motivadores de desintegração, são também geradores de processos de integração, na medida em que contribuem para a aproximação de países que têm, em um terceiro, um inimigo em comum.

A maioria dos projetos de integração desenvolvidos na América do Sul malogrou devido às disputas internas no bloco, podendo ser mencionada como grande exemplo o Pacto Andino, que abriga grandes rivalidades entre seus membros. Peru e Equador por diversas vezes entraram em confronto armado no século XX, em disputa pelos limites territoriais dos dois países. Chile, Peru e Bolívia sustentam desconfianças recíprocas advindas da Guerra do Pacífico, no século XIX, conflito que ceifou a saída boliviana para o mar e territórios peruanos ricos em minerais. Nessa perspectiva, Chile e Equador mantêm uma estreita relação

de cooperação entre suas forças armadas, com o objetivo comum de anular as intenções peruanas, que, no entanto, não se reflete em entendimento econômico, dentre outros motivos, pela descontinuidade territorial.

A união econômica entre Brasil e Argentina, países com os maiores PIB's, foi objeto de discussões por diversas vezes no passado, mas sempre esbarrou na "rivalidade" entre esses dois atores. Somente na década de 1980 o projeto começou a ser implementado a partir da dissolução das diferenças em torno da construção da hidroelétrica de Itaipu e do Conflito das Falklands/Malvinas.

Este trabalho está composto de seis seções, sendo que na primeira seção buscou-se identificar as raízes da rivalidade na América do Sul; A segunda seção tratou das estratégias de ocupação da região sul do Brasil; Na seção três foi trabalhada a formação dos Estados Nacionais na América do Sul e a incorporação da rivalidade e continuidade de disputas territoriais entre eles; Na quarta seção tratou-se diretamente da rivalidade entre os países da Bacia do Prata e da ocorrência do Conflito das Falklands/Malvinas como fator contribuinte para a formação do Mercosul;. Na quinta seção tratamos do momento atual e de questões ainda pendentes na América do Sul, que caracterizam a continuidade da rivalidade. Por fim a sexta seção aborda as conclusões feitas por esse trabalho e as perspectivas dessa pesquisa.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada segundo o seu planejamento inicial, no qual estava previsto primariamente o levantamento do material a ser utilizado para então realizar uma revisão bibliográfica acerca dos assuntos a serem abordados: os conflitos e a integração na América do Sul. O material utilizado compreendeu livros, artigos em revista, dissertações, monografias, teses, sites de internet e notícias de jornais. Após o levantamento do material de interesse e conseqüente leitura crítica do mesmo foram realizadas discussões ao seu respeito, visando à elaboração do texto final. A partir de uma perspectiva crítica, foi possível discutir a formação territorial da América do Sul, assim como os processos dialéticos da formação dos Estados e dos processos de integração, através de conflitos e alianças.

### 3. CONFLITO E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: As Raízes Históricas

A expansão marítima empreendida pelas potências europeias ao longo do século XVI foi motivada, sobretudo, pelas necessidades de metais preciosos e de cereais, cujos estoques estavam baixos para a alimentação da crescente população europeia (MORAES, 2000). Como aponta o autor, essas não eram as únicas carências que animavam o espírito europeu, pois para cada setor da sociedade da época havia um objetivo para que se promovesse tal empreitada. No caso da expansão ibérica, “a busca de terra para o plantio de cana era o móvel burguês, continuar a reconquista seria o objetivo da nobreza, buscar cereal seria o estímulo básico do Estado, encontrar ouro seria o móbil de todos”. (MORAES, 2000. p.72)

Essa expansão no primeiro momento ficou a cargo de Portugal e, após a unificação e fortalecimento da Espanha, esta veio se somar a esse empreendimento. Juntamente com os dois Impérios ibéricos, França, Inglaterra e Holanda lançaram-se ao mar em busca de novos domínios, porém, inicialmente esses novos participantes na corrida colonial se concentraram sobre o Atlântico norte, ou então, no ataque às frotas de navios mercantes das coroas portuguesa e espanhola. A competição pelas possessões logo se estendeu às outras localidades alcançando todo o globo.

Os dois Estados que primeiro se lançaram ao mar, firmaram tratados que dividiam os territórios que futuramente seriam conquistados no além mar, sendo que os primeiros entendimentos para a divisão das possessões marítimas começaram ainda no século XV. Foi o “descobrimento” do continente americano por Cristóvão Colombo, a serviço do Reino de Castela, em 1492 que fomentou em um primeiro momento a *Bula Inter Coetera*, estabelecendo um meridiano a 100 léguas a oeste de Cabo Verde como o divisor dos territórios de Portugal e Espanha. As terras espanholas ficariam a oeste desse meridiano e, a leste, as terras portuguesas. Esse primeiro acordo não satisfez o Rei português João II que buscava levar mais para oeste o meridiano de demarcação.

Assim, em 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que definia a linha imaginária como divisora das terras, a uma distância de 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Com esse tratado, Portugal manteve o domínio sobre o Atlântico Sul e a rota que levava para as Índias através do contorno da África. Porém, a execução desse Tratado forçava outros entendimentos, tais como de que a ilha do Arquipélago de Cabo Verde seria o ponto de partida para a contagem das 370 léguas, o valor dessas léguas e o valor de cada grau para a contagem dos meridianos (MORAES, 2000). Essas lacunas deixadas em aberto no Tratado

seriam aproveitadas pelos lusitanos para avançar pelo interior do continente sul-americano que seria ocupado ao longo dos séculos seguintes.

A despeito do interesse em fixar os limites para a exploração por parte dos dois impérios, a América do Sul, inicialmente, foi deixada de lado por Portugal, em favor das rotas de comércio estabelecidas com as Índias. Como observa Moraes:

[...] Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, que estimulassem uma rápida ocupação. Também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontradas no Índico. (MORAES, 2000, p.290).

A exploração e avanço para o interior do continente não foi feita nesse momento estando as áreas de povoamento limitadas ao litoral ou às áreas não muito distantes deste, já que a exploração das novas terras portuguesas visava o recolhimento do pau-brasil e seu comércio. Após essa primeira etapa ocorreu a instalação dos engenhos e a produção de açúcar, ocupando principalmente a região nordeste.

Uma expansão para além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas foi feita inicialmente seguindo a vasta rede de drenagem que se estende para o interior, alargando o território brasileiro para muito além do que propunha esse acordo. Essa interiorização ganhou impulso no período em que se formalizou a união das coroas ibéricas, que vai de 1580 a 1640, já que não havia impedimentos para que tal empreitada fosse realizada.

A participação da Igreja Católica como uma terceira força empreendedora, foi um fator de suma importância para que se realizasse essa interiorização rumo às áreas centrais do continente. Como Moraes (2000) observa existiam duas formas de atuação da Igreja nesse processo. O primeiro se constituía no *aldeamento*, que eram assentamentos formados pela colonização e com a presença de índios “pacificados” pelos jesuítas, que supriam as necessidades de mão-de-obra e de produtos indígenas e que, além disso, cumpriam também a tarefa de defesa das instalações européias. A segunda forma de ocupação da Igreja era a *missão*, que se destinava às áreas de fronteira dos territórios coloniais. Nas palavras do autor,

[...] No caso da América do Sul, há claramente uma estratégia geopolítica na instalação das missões, que avançam pelas zonas de interface provável entre as expansões portuguesa (no sentido leste-oeste) e espanhola (vinda no sentido contrário). Nesse movimento as missões interiorizam-se nas bacias do Prata, do Orinoco e Amazônica, adentrando nos Ilanos colombianos e no pampa gaúcho, bordeja, o Pantanal, e constituem uma zona de adensamento no Paraguai (onde constroem quase um Estado territorial autônomo). Conformam, portanto, uma verdadeira “área tampão” entre as duas frentes colonizadoras ibéricas. (MORAES, 2000, p. 269)

A fixação das missões em áreas de fronteira seguia interesses das coroas a que pertenciam, mesmo que os jesuítas respondessem a mesma ordem. Mesmo estando além dos limites estabelecidos, as missões de jesuítas espanhóis atraía para suas localidades a figura do bandeirante e explorador português, que além da destruição dos vilarejos, buscavam a captura dos índios que os missionários haviam “pacificado”, transformando-os em peças de grande valor para o trabalho escravo e de fácil apresamento. As missões espanholas tiveram ainda outro papel importante na expansão territorial da portuguesa na região sul do Brasil, onde fundaram os chamados Sete Povos das Missões, barrando o avanço português para o oeste. Junto às missões seguia-se o estabelecimento de fortificações e ranchos objetivando a defesa do território e o deslocamento das possessões portuguesas mais para o Sul, tinha o objetivo de quebrar o monopólio espanhol na área do Prata e ter acesso ao comércio da região.

Essas incursões e fixação de povoados mais para o interior do continente vão se revelar numa estratégia acertada segundo aponta Costa (1997), uma vez que, no estabelecimento do Tratado de Madrid, em 1750, o critério adotado para a fixação dos limites foi o de *uti possidetis*, reconhecendo o direito de posse a partir do uso e ocupação da terra.

A competição pela posse do território fez com que por diversas vezes portugueses e espanhóis entrassem em confronto, alegando invasão de suas terras. A demarcação imprecisa e de difícil aceitação por ambas as partes, propiciava a formação de um território com diversos pontos questionáveis entre os dois impérios. Esse processo impreciso e de rivalidade contribuiu de sobremaneira para que os futuros Estados herdassem os “questionamentos” e as disputas, algumas das quais perduram ainda hoje.

A movimentação nas áreas de contato entre os dois territórios é bastante nítida na região sul do Brasil. A incorporação e o desenvolvimento dessa área pela Coroa portuguesa deveram-se a proximidade da região com o estuário do Rio da Prata, importante acesso ao interior do continente e até então exclusividade espanhola.

### **3.1 – As Estratégias de Ocupação da Região Sul**

O Rio Grande de São Pedro, como foi primeiramente chamado o Rio Grande do Sul, não se colocava como área produtora de açúcar como o Nordeste, tampouco se projetava como área de mineração como viria a ser a região das Gerais. A soma desses e o fato dessa área estar além dos limites inicialmente estabelecidos contribuía para que essa parte do território colonial ficasse por mais de um século inexplorada. Além da grande distância da metrópole, as terras sulinas, mais especificamente a parte que hoje compreende o litoral do

estado do Rio Grande do Sul, são formadas por uma grande praia que vai de Laguna ao Rio Grande o que dificulta a instalação de núcleos de povoamento a partir do litoral implicando que a exploração seja feita pelo interior. A expansão nessa área servia aos interesses portugueses de chegar até as riquezas do Rio da Prata sob controle espanhol.

A ocupação jesuítica levada a cabo ao longo do século XVII, além de se ocupar da catequização dos índios, mantinha rebanhos de gado bovino para fornecer carne para seu sustento nessas localidades. Com as invasões dos povoados jesuíticos pelos bandeirantes à procura de escravos índios, esse gado acabou por escapar e passou a vagar e se reproduzir livremente nos campos gaúchos, formando imensos rebanhos de gado xucro.

No fim do século XVII, o interesse colonial no Brasil se volta para o interior do território, onde é descoberto o ouro das Gerais passando a ser o pólo de atração de uma grande massa populacional, necessária para o trabalho nas minas. Essa grande população que se deslocou para a região das minas criou, também, um mercado consumidor que precisava ser suprido, e foi então que o gado perdido e em grande quantidade nos territórios **sulinos passou a ter uma importância maior, motivando a sua captura.**

Para o Rio Grande começaram a descer paulistas e lagunistas, objetivando prear esse gado xucro para levar até a zona mineradora. Em especial, Laguna, fundada em 1676 pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, tornou-se o foco da irradiação da descida para o sul, num movimento espontâneo que, contudo, teve o incentivo da coroa portuguesa. Enquanto que o interesse popular fixava-se na preia do gado, a perspectiva da coroa orientava-se para o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento. O Rio Grande, no caso, apresentava-se como possuindo uma função estratégica, como ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata. (PESAVENTO, 1990, p.13)

Essas “descidas” realizadas pelos paulistas à procura do gado solto na região das missões não era uma tarefa realizada de forma fácil, já que o lugar consistia numa área de litígio entre as coroas ibéricas e, sendo assim, a busca pelo gado corria o risco de encontrar além deste, os castelhanos. Segundo Pesavento (1980), essa atividade se fazia de armas nas mãos.

O tipo social por excelência desse período – o tropeiro – era necessariamente um chefe de bando armado. Essa fase do tropeio foi marcado pela abertura de vias de comunicação do Rio Grande do Sul com o restante do país (estrada do litoral, 1703; estrada da serra, 1727) ao longo das viagens dos tropeiros. (PESAVENTO, 1980, p.14)

Os caminhos trilhados para levar os animais do Rio Grande do Sul até a Gerais serviram para que o território fosse conhecido e lançou as bases da ocupação da região, já que muitos municípios, que hoje fazem parte do estado, eram povoados surgidos nesses caminhos

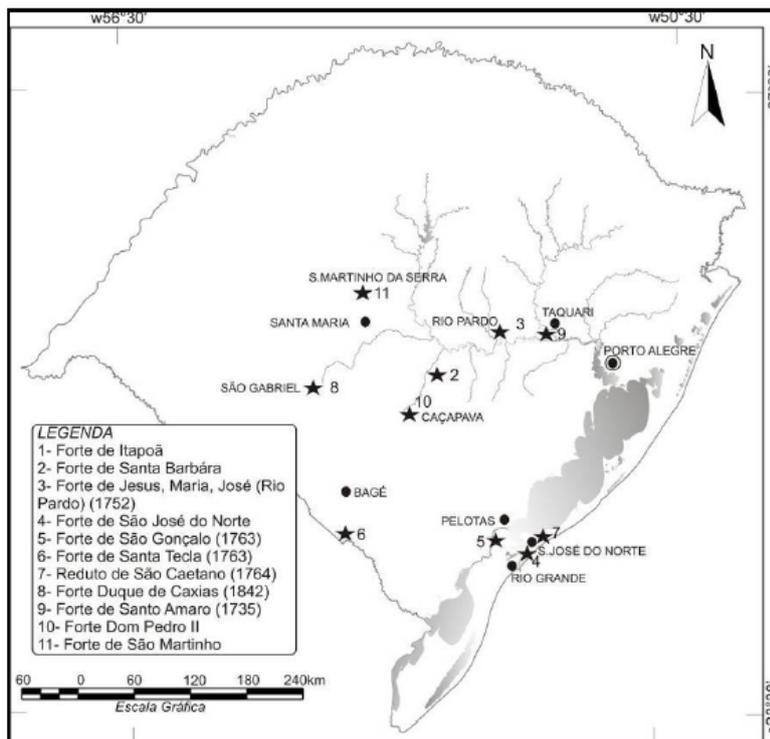
como ponto de parada para o descanso da tropa. Essa ocupação serviu imensamente ao interesse da Coroa portuguesa, sendo de grande valia para a geopolítica lusitana.

O objetivo português era avançar seus domínios até a foz do Rio da Prata, para que assim usufruísse do comércio e riqueza dessa região. A Colônia de Sacramento fundada na margem oposta à cidade de Buenos Aires servia a esse objetivo, colocando os portugueses como agentes do comércio local e servindo de guarnição militar. Entende-se que a Colônia de Sacramento, segundo aponta Bento (2007 apud MACHADO 2008), foi um marco histórico e geográfico na formação territorial do Rio Grande do Sul, pois a partir dela, ocorrem mobilizações militares e a criação de diversos fortes pra defender os interesses econômicos na região.

O “campo de batalha” criado no extremo sul brasileiro advém dos inúmeros embates entre as coroas ibéricas por esse local, assim como dos conflitos travados com os índios e jesuítas que habitavam a região. As Missões Jesuíticas acabaram se tornando um “estorvo” tanto para Portugal quanto para a Espanha, sendo que a expulsão dos missionários foi efetivada durante o século XVIII.

A distância entre Sacramento e São Paulo se constituía num relativo “vazio” demográfico o qual era inaceitável para o objetivo português de se apoderar da região. A presença dos tropeiros e comerciantes de gado era muito bem vinda para a colonização da campanha e parte central do Rio Grande do Sul, mas a presença efetiva de militares era também necessária.

No intuito de preservar as terras das invasões espanholas e de ataques indígenas, Portugal passou a estabelecer no litoral e na região central do atual Rio Grande do Sul, uma série de fortificações (Mapa 1), o que ampliou a colonização das terras a partir da presença militar. A primeira dessas fortificações foi o Presídio “Jesus, Maria e José” onde hoje está situada a cidade de Rio Grande, bem à margem do canal que liga a Lagoa dos Patos ao mar. Nota-se que a fortificação está localizada em posição extremamente importante guarnecendo o acesso à Lagoa.



Fonte: Carvalho 1998, apud MACHADO, 2008.

**Mapa 1 - As Fortificações no Rio Grande do Sul no período colonial**

A fortificação estabelecida em Rio Grande e uma outra na atual cidade de Rio Pardo acabaram por exercer um papel de irradiação de pequenos focos de povoamento, constituídos por guarnições militares destacadas desses fortes. A presença militar é uma constante no período colonial e a construção de mais fortificações deu-se ao longo do século XVIII, principalmente na parte central do futuro estado.

Os militares que guarneciam essas fortificações eram constantemente destacados para patrulhar ou então combater os invasores espanhóis e dessas incursões estabeleciam-se propriedades no interior. Como aponta Bernardes (1997), a expansão do povoamento pela Campanha e pelas serras do Sudeste está muito ligada aos ciclos de guerras que se iniciam com a grande invasão espanhola no ano de 1763.

Com a necessidade de que colonos se estabelecessem nas novas terras, Portugal incentivou a vinda de imigrantes para que se apropriassem das terras. A intenção era de criar núcleos de povoamento baseados na agricultura e na pequena propriedade, como na Europa, contrapondo o latifúndio escravocrata do nordeste e a criação extensiva de gado que fora até então empreendida.

O novo colono deveria ser tanto um soldado, como um agricultor, para poder tanto defender sua terra como cultivá-la. Onde poderia ser encontrado esse tipo de colono? Na Europa, naturalmente; e especialmente na Europa Central, onde

soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e camponeses pobres oprimidos estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo. (WAIBEL, L., apud BERNARDES, N., 1997, p.68).

Percebe-se que a figura do militar, seja ele de carreira ou não, esteve presente no processo de formação territorial do Rio Grande do Sul, dadas às circunstâncias com que se estabeleceram, tendo sempre ao seu lado o índio e o espanhol, pronto para tomar as terras.

### **3.2 A Formação dos Estados e a Continuidade dos Conflitos.**

Enquanto o processo de descolonização portuguesa da América do Sul logrou que com seu espólio se firmasse um único estado – o Brasil –, a América espanhola não teve o mesmo destino, esfacelando-se em uma porção de estados, como previra Simon Bolívar. Segundo Silveira (1992), Bolívar previa que a América Hispânica se dividiria especificamente em 17 Estados, dada as condições e as subdivisões estabelecidas pelo Império Espanhol durante a ocupação da América. Porém com a saída dos dois Impérios, não houve o arrefecimento das lutas territoriais entre os novos Estados.

A América Hispânica após a formação dos Estados concentrou grande parte dos conflitos ocorridos no território americano. Na América do Sul, área de nossa pesquisa, os países de origem hispânica se envolveram em diversas contendas, desde sua independência até os dias atuais, fruto em sua maior parte, por disputas territoriais e fronteiras mal demarcadas, o que ainda é uma questão importante quando se pensa em conflitos sul-americanos. A Guerra do Pacífico, ocorrida no século XIX, entre os anos de 1879 e 1883, levou à batalha Chile, Peru e Bolívia, pela posse das áreas ricas em salitre e guano desses dois últimos. A luta que se desenvolveu possibilitou que o Chile tomasse para si esses territórios, mesmo com a aliança entre Peru e Bolívia. Esse conflito encerrado há mais de cem anos, ainda é gerador de discórdia entre esses Estados.

No Cone Sul, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai mantiveram a rivalidade ativa. Este último país foi anexado pelo Brasil sob o nome de Província da Cisplatina. Esse território foi alvo de uma disputa entre Argentina e Brasil nos anos de 1825 a 1828, já que os habitantes da região não se sentiam integrantes do Império brasileiro com língua e culturas diferentes. A Argentina buscando expandir seu território com a incorporação da área deu apoio ao movimento de independência e entrou em guerra com o Brasil. Esse conflito teve fim com a arbitragem da Inglaterra, julgando que a Província de Cisplatina não pertencia a nenhum dos dois países, e através do Tratado de Montevideú, concedeu independência ao Uruguai, que

favorecia o interesse inglês, com olhos no comércio da região. No conflito contra Oribe e Rosas (Paraguai/Brasil e Argentina/Uruguai), novamente Brasil e Argentina estiveram em lados opostos, buscando a hegemonia na região.

Outro conflito que envolveu os países da Bacia do Prata foi a Guerra do Paraguai, tendo Argentina, Brasil e Uruguai formado a Tríplice Aliança para combater o expansionismo paraguaio nos territórios brasileiro e argentino. Nesse caso observa-se a cooperação por parte dos dois Estados, desenvolvida a partir de um conflito, o que reforça a hipótese desta pesquisa.

Nos conflitos citados e em outros muitos que se desenvolveram nessa região a participação das tropas sul riograndenses teve grande importância, já que a então província contava com grande número de soldados, graças aos fortes e quartéis que ali se construíram. Como observa o General Paulo de Queiróz Duarte sobre a Guerra do Paraguai:

A região sul, depois da região sudeste, foi a que mais forneceu contingentes militares para a guerra, somando-se voluntários, guarda nacional e recrutamento num total de 33.803 soldados, representando 27,46% do efetivo militar, o que demonstra a importância da guarda nacional na região sul, bem como das forças terrestres na defesa do território brasileiro. (DUARTE, 1981, apud MACHADO, 2008, p.60).

Além da clivagem do território espanhol, outro fator diferenciador e que orientou as políticas sul-americanas no século XIX, foi o fato de que esses novos estados de origem hispânica tivessem outras formas de governo (em geral a republicana), ao contrário do Brasil, que mantinha a monarquia como forma de governo. Esse fator alimentava as tensões entre o Brasil e os seus vizinhos, que acreditavam em um expansionismo brasileiro sobre eles. Esse receio sobre as intenções imperialistas alimentava o discurso antibrasileiro e fomentava reações, como a da Argentina que por seu turno, tencionava a união com Paraguai e Uruguai, como forma de se contrapor ao Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Em boa parte do século XIX e XX, Brasil e Argentina se colocaram como os dois mais prósperos países dentro do contexto sul-americano e, com isso, sempre objetivaram tomar a dianteira nas ações no continente. A disputa pela hegemonia dentro da América do Sul levou os dois países a agirem no sentido de anular as ações do outro, de forma que quando um se sobressaia, aquele que estava atrás na corrida lançava mão de algum trunfo para que ao menos se igualassem as forças.

No campo militar, a busca pelo equilíbrio entre suas marinhas era notória, sendo que sempre que algum deles encomendava um ou mais navios de guerra à Europa, o outro o seguia. A questão da “paridade naval” e a compra de material para equipar os seus exércitos

eram exploradas pelos países europeus e os Estados Unidos, que os ameaçava com o corte de empréstimos ou retirada de investimentos.

No começo do século XX, a despeito da rivalidade, tencionou-se a criação de uma forma de cooperação entre Argentina, Brasil e Chile, provendo condições para solução de problemas entre esses países. O Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem, ou como ficou popularmente conhecido, Pacto ABC, apesar de não ratificado pelos três países, foi um momento de busca de entendimento entre esses países.

Essa situação alternância de rivalidade e cooperação não trazia benefícios para o bom entendimento entre os vizinhos, que alimentaram desconfianças e se prepararam por diversas vezes para um conflito, promovendo, como no início do século XX, uma corrida armamentista, na qual o Chile também participou, por causa de suas diferenças com a Argentina. Nessa época a Marinha de Guerra brasileira chegou a ser uma das mais modernas do mundo, contando com dois grandes encouraçados do tipo *Dreadnought*: o Minas Geraes e o São Paulo.

A influência estrangeira na rivalidade argentino-brasileira merece ser destacada, pois essa disputa beneficiaria a vários grupos e países. Na América do Sul, Paraguai e Bolívia, países *mediterrâneos* e com economias baseadas em exportação de produtos primários, moviam-se pendularmente entre Brasil e Argentina, como forma de conseguir benefícios econômicos e garantir certa independência em suas ações, alternando com o tempo a influência de cada um dos vizinhos em sua política interna.

Alguns países europeus, além dos Estados Unidos, também mantinham interesses para que essa “rivalidade” fosse mantida (MONIZ BANDEIRA, 2003), tendo os fabricantes de armas importante papel nesse sentido. Alemanha e França foram grandes exportadores de armamento para os dois países, e mantiveram acesa a discórdia para que novas encomendas se realizassem. Já a Inglaterra, financiava com grandes empréstimos a compra de parte do armamento e era a fornecedora preferencial de suas marinhas, assim como tinha um mercado garantido para seus produtos industrializados. Os Estados Unidos tinham um interesse particular em manter separados os dois maiores países da América do Sul, já que uma aproximação entre eles afetaria a sua crescente influência na região e poderia contrapor, de certa forma, o seu poder econômico e militar. Sobre uma encomenda de armamentos efetuada nesse período pela Argentina Moniz Bandeira (2003) mostra com clareza essa situação:

[...] A Grã-Bretanha receberia a maior parte das encomendas navais e a Alemanha, o fornecimento da artilharia e dos fuzis. A França, que reclamava parcela das encomendas para a construção de contratorpedeiros, sentiu-se assim prejudicada,

pois o dinheiro que ela emprestava serviria para a compra de canhões alemães, e os EUA fizeram pressão, ameaçando cortar vantagens comerciais da Argentina, se não recebessem algumas encomendas. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.123).

Pare esses países a guerra entre Argentina e Brasil sempre se apresentou como uma opção pouco vantajosa, já que a hipótese de um conflito armado entre os dois países envolveria toda a região na disputa, prejudicando os negócios estrangeiros e impedindo que esses países honrassem suas dívidas. Nessas condições a “rivalidade”, sem que se chegasse às vias de fato, sempre foi benéfica a interesses outros que não os de Brasil e Argentina.

Essa disputa refletiu-se também dentro do território brasileiro, na área fronteiriça que compreende principalmente o Estado do Rio Grande do Sul, que recebeu especial atenção quanto às forças que lá se estabeleceram, visando sempre à defesa do território nacional. Uma das cidades que passa a contar com uma grande presença militar é a cidade de Santa Maria, que se localiza na região central do Estado. Como aponta Machado (2008), suas origens têm relação com o tratado de delimitação de Santo Ildefonso (1777), pois a cidade estava num ponto de passagem para a comissão demarcadora.

[...] Santa Maria surge com uma função estratégico-militar apoiada sobre o posto avançado dos ferreiros e do acampamento militar. A partir disso, torna-se o acampamento também referencial geográfico-militar na conquista do território, tendo por objetivo a tomada do forte espanhol de São Martinho e, conseqüentemente, das Missões. Para tanto, Santa Maria, já no seu nascimento, desempenha uma função militar. (MACHADO, 2008, p. 76)

Essa “função militar” da cidade é ressaltada durante todo o século XX, com a criação e transferência de inúmeras organizações militares para esta cidade, inclusive, com um Parque de Aviação Militar sendo criado para apoiar as atividades do 5º Regimento de Artilharia Montada, criando bases para a instalação da atual Base Aérea de Santa Maria (BASM).

É de grande importância destacar o papel exercido por Mario Travassos nas décadas de 1930 e 1940 durante a “Era Vargas”. O autor sugere em seus livros que seja dada uma atenção maior à infra-estrutura do setor de transporte como forma de garantir o controle do Estado brasileiro sobre o território e também de servir aos interesses no continente. Segundo Vlach (2002/2003), Travassos considera a Argentina em melhor condição econômica e com uma rede de transportes mais estruturada e, para atingir seus objetivos regionais do Brasil, dever-se-ia neutralizar a influência argentina sobre a Bacia do Prata.

A situação de beligerância entre Brasil e Argentina misturava momentos de apreensão quanto a um conflito, com momentos de cooperação no campo econômico. Pode-se perceber

essa relação na primeira metade da década de 1940, quando os dois países ensaiavam uma aproximação econômica.

O Tratado sobre Livre Intercâmbio, datado de 1941, afirma:

[...] o propósito de conseguir – estabelecer em forma progressiva um regime de intercâmbio livre, que permita chegar a uma união aduaneira... aberta à adesão dos países limítrofes, o que não seria obstáculo a qualquer amplo programa de reconstrução econômica que, sob a base da redução ou eliminação de direitos e outras preferências comerciais, viesse a desenvolver o comércio internacional, baseado no princípio multilateral e incondicional da nação mais desenvolvida. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.201)

Esse acordo econômico não se refletia diretamente no campo militar. Pouco tempo depois, com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os dois países aumentaram o nível de alerta com relação às intenções recíprocas. O Brasil entrou na guerra ao lado dos Aliados, passando a receber grandes quantidades de armamentos com o objetivo de fortalecer as forças armadas do país no combate às forças do Eixo. Por outro lado, a Argentina permaneceu neutra durante quase todo o conflito mantendo relações comerciais tanto com os países do Eixo como com os Aliados, porém isso não se traduziu em um aumento de suas capacidades bélicas o que gerou uma desconfiança perante o incremento do poderio brasileiro. O armamento fornecido ao Brasil consistia, em grande parte, de navios e aviões destinados a apoiar os esforços de guerra na região nordeste, na caça aos submarinos alemães que circulavam nessa área. Com a relutância argentina em entrar na guerra renovou-se o medo brasileiro de um conflito armado. Do grande volume de meios que era fornecido ao Brasil, principalmente de aviões, destinou-se parte deles para a Base Aérea de Canoas (BACO) passando a fazer parte do 3º Regimento de Aviação, que mantinha sobre sua responsabilidade o 1º Grupo de Bombardeiros Leves, equipados com Bombardeiros A-20K e o 3º Grupo de Caça, equipados com caças P-40, sendo esses equipamentos os melhores disponíveis no momento.

Durante a Segunda Guerra podiam-se notar três áreas de concentração da Força Aérea Brasileira no território nacional, cada qual com sua função. No nordeste as tropas estacionadas guarneciam a região, fornecendo apoio aos aviões estadunidenses que utilizavam o Brasil como rota para chegar à África e à Europa, assim como patrulhavam o mar a procura dos *U-boat's* do Eixo. No sudeste, onde estava São Paulo e a Capital Federal, os aviões protegiam essas cidades e também cumpriam missões de patrulha marítima. E no Rio Grande do Sul os meios aéreos não tinham envolvimento com o conflito mundial, mantendo-se a postos para resguardar a fronteira com a Argentina.

O movimento sinuoso das relações entre Brasil e Argentina foi pauta nos diversos encontros entre os chefes de Estado, buscando afastar as desconfianças e perpetuar uma relação amistosa e uma forma de cooperação eficaz. Em 1961, o então presidente Jânio Quadros se encontrou com o seu par argentino Arturo Frondizi, em Uruguaiana. As relações bilaterais entre os dois foi um dos temas da conversa, na qual o presidente Frondizi, julgava necessário afastar as desconfianças que os cercavam para se unirem em um esforço comum.

[...] Comprometeram-se então a retirarem respectivamente as tropas estacionadas nas fronteiras entre os dois países, que, dali por diante, não mais competiriam para influenciar os vizinhos, como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile e sim coordenariam esforços para os desenvolver. (MONIZ BANDEIRA, 1987, p.38).

Apesar do discurso cooperativo e no sentido de desmobilizar as tropas que se aquartelavam nos seus limites, os governos militares que se seguiram no poder dos dois países não levaram adiante o empreendimento, e, no caso do Brasil, houve um reforço nas guarnições do Estado do Rio Grande do Sul nas décadas seguintes.

### **3.3.– O Conflito das Falklands/Malvinas e sua Relevância para a Integração Regional**

A oscilação entre os momentos conflituosos e os amistosos entre as duas “potências” sul-americanas não ficaria devidamente explorada se não fosse abordado o maior conflito bélico dessa região, com o envolvimento inclusive de uma potência européia: a Guerra das Malvinas. Este conflito foi fundamental para o desfecho das relações entre Brasil e Argentina até o presente.

As Ilhas Malvinas, localizadas a cerca de 500 milhas da costa da Argentina, foram objeto de disputa entre França, Inglaterra e Espanha nos séculos passados por se localizarem próximas da passagem do oceano Atlântico para o Pacífico, sendo de especial interesse para esses países coloniais. As Ilhas passaram às mãos dos argentinos, no momento da Independência (1810) como herança territorial do Império Espanhol.

Em 1833 a Inglaterra apoderou-se das Ilhas, através da ação do capitão, J. J. Onslow, enviado com a missão de tomar posse das ilhas, desembarcou tropas enviadas no navio *HMS Clio* e ordenou que os argentinos ali presentes se retirassem. A ocupação foi feita sem nenhum disparo. Logo em seguida, a Argentina enviou um comunicado aos países vizinhos, informando sobre os acontecimentos e protestando contra a ocupação britânica das ilhas

(DUARTE, 1986). Passados quase 150 anos da ocupação inglesa das Ilhas, essas se desenvolviam como uma pequena colônia britânica, esquecida no Atlântico Sul.

Os anos anteriores ao conflito das Malvinas foram bastante conturbados para a Argentina e, de certa forma, contribuíram para que a invasão das ilhas no Atlântico Sul se efetivasse. Em um período de pouco mais de 17 anos, a Argentina enfrentou um longo período militar (1966 a 1983) interrompido apenas pelos governos de Héctor Cámpora – Juan Domingos Perón – Isabelita Perón (1973 a 1976). Tanto os governos militares quanto os governos peronistas não conseguiram inverter a trajetória de declínio que enfrentava a economia argentina originada nos anos anteriores, sendo que as opções realizadas por esses governos não surtiram o efeito esperado.

O golpe militar de 1966 levou ao governo o General Onganía que tentou restabelecer a condição de preponderância na bacia do Prata através da formação do vice-reino do Rio da Prata pela teoria das “fronteiras ideológicas” (MONIZ BANDEIRA, 2003). Essa política pregava que a influência sobre o Paraguai, Uruguai e Bolívia fosse preponderantemente argentina, o que a colocaria como a primeira potência da América Latina, no pensamento dos militares portenhos. A situação que se delineou não foi favorável para o governo argentino na medida em que o apoio brasileiro aos golpes de estado nesses países trouxe-os para sua órbita de influência, ao qual se somou o Chile, formando um cordão de isolamento ao país platino. Com isso, segundo Moniz Bandeira (2003), o Brasil ampliou o desequilíbrio geopolítico na região ao seu favor.

O governo de Juan Domingos Perón, que sucedeu os militares, fez um grande apelo ao seu governo passado, mas foi pobre nas tentativas de reverter a situação econômica do país. Essa situação de crise ampliou-se com a sua morte, tendo o governo substituído chefiado por sua viúva um período em que predominaram altas taxas inflacionárias e redução nas exportações.

Essa situação permitiu mais uma vez aos militares argentinos assumirem o controle do país na tentativa de colocar a Argentina como um país chave para as políticas dos Estados Unidos. Essa busca em se tornar um parceiro privilegiado dos EUA na região era reforçada pela política brasileira de não se envolver de forma dependente com os norte-americanos e pelo afastamento que o acordo nuclear do Brasil com a Alemanha Ocidental gerou entre os dois governos.

Assim a solução encontrada pelos governantes, para contrabalançar o perigo externo, foi buscar manter uma relação “especial”, ou de “inserção subordinada” (Moneta, 1986, p. 188) com os Estados Unidos, atrelando os interesses da Casa

Rosada aos da Casa Branca, o que significava o rompimento da política externa peronista, conhecida como Terceira Posição, a qual pregava a busca de benefícios políticos e econômicos pela “manutenção” de uma equidistância entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética). (ESPÓSITO NETO, 2006. p.8)

No âmbito das relações internacionais a Argentina estava envolvida em disputas diplomáticas envolvendo o Chile e o Brasil correndo o risco de que essas disputas enveredassem para a confrontação aberta:

Ao longo da ditadura argentina (de 1976 a 1983), a política internacional do Estado argentino sofreu algumas importantes alterações, quando comparada com a política externa dos governos peronistas. Uma das principais foi o aumento do emprego da dissuasão militar para resolver problemas na área internacional, especialmente com países limítrofes, o que tornou a Argentina protagonista de diversos momentos de tensão e de conflito no Cone Sul. (ESPÓSITO NETO, 2006, p.1)

A disputa envolvendo o Brasil dizia respeito à utilização das águas do Rio Paraguai e ao potencial hidroelétrico da Bacia do Rio da Prata. A construção da hidroelétrica binacional de Itaipu, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai estava no cerne da questão, o que afetaria os planos do governo argentino na região. Se concluída, a obra teria efeitos tanto para a economia argentina, como para a geopolítica da região, já que traria o Paraguai definitivamente para a esfera de influência do Brasil. Os interesses argentinos nas águas da Bacia do Rio da Prata envolviam a construção de outra represa também com a participação do Paraguai, denominada Corpus, e que, segundo o governo, seria afetada pela represa de Itaipu, tornando-a inviável do ponto de vista econômico.

O outro problema de vizinhança envolvia o Chile e o extremo sul do continente onde os dois países disputavam três pequenas ilhas de interesse estratégico para ambos, localizadas no Canal de Beagle. A fronteira entre os dois países havia sido estabelecida na época da formação desses Estados nacionais e continha erros cartográficos que abriam margem para dúvidas quanto à soberania de determinadas áreas fronteiriças.

A posse de tais ilhas pelo Chile tornaria esse, um país bi-oceânico, possibilitando a ele exigir o limite de 200 milhas Atlântico adentro. Essa possibilidade seria desastrosa para a Argentina que almejava o controle da passagem entre o Atlântico e o Pacífico assim como o mar territorial dessa área. A Argentina ainda cogitava uma faixa de terra sobre o continente antártico, que seria inviabilizada se o Chile exercesse o domínio de tais territórios.

A contenda com o Chile foi levada à arbitragem internacional, tendo a Rainha da Inglaterra como mediadora. A decisão inglesa foi favorável ao Chile, ao qual se concedia a posse das três ilhas em questão (Picton, Lennox e Nueva) permitindo a livre navegação de

embarcações chilenas e o acesso a Ushuaia (ilha no extremo sul argentino). Tal decisão não foi aceita pelo governo militar argentino elevando as tensões entre os dois vizinhos.

Com a recusa argentina em aceitar a decisão inglesa, as tensões com o Chile cresceram, tendo os dois países se posicionado na fronteira a espera de um ataque inimigo. Em dezembro de 1978, a esquadra argentina chegou a ser enviada para a área de conflito e as tropas do exército mantinham a prontidão nos quartéis além de terem reforçado a fronteira com vários postos de observação. Essa estratégia argentina estava colocada dentro do plano chamado “Operação Soberania” que previa a invasão do Chile e retomada das ilhas com força militar (KONRAD, 2008).

Nesse momento da história, portanto, a Argentina abria duas frentes de disputa diplomáticas que poderiam evoluir para um conflito armado. Com o Brasil, a possibilidade de conflito era cogitada devido à “rivalidade” histórica e à grande quantidade de quartéis localizados na fronteira. Com o Chile, além da rivalidade com esse país, a questão envolvia os futuros planos geopolíticos argentinos de conseguir um território no continente antártico e o completo domínio dos mares do Atlântico Sul. Apesar de ter um poderio militar comparativamente menor do que o Brasil, além de uma maior dificuldade em defender seu território, o Chile se mostrava muito mais propenso a se envolver no conflito com a Argentina tendo respondido ao aumento das tropas do lado argentino da mesma forma.

A disputa envolvendo o aproveitamento energético da Bacia do Prata com o Brasil, apresentava-se como o mais fácil a ser resolvido pela meios diplomáticos. Nesse sentido, as discussões avançaram com o objetivo de anular uma confrontação armada.

[...] A partir daí, os entendimentos para compatibilizar a construção de Itaipu, em andamento, com o projeto de Corpus progrediram favoravelmente ao Brasil, na mesma medida em que a disputa pelo canal de Beagle se aguçava. Assim, quando já ultimava os preparativos para a guerra contra o Chile, que lhe parecia cada vez mais inevitável e iminente, a Argentina, entre outubro e dezembro de 1978, cedeu e aceitou que Corpus ficasse com a cota de 105m, muito abaixo da que o próprio Azeredo da Silveira oferecera ao chanceler Alberto J. Vignes durante o governo de Maria Estela de Perón, (...) E, em 19 de outubro de 1979, os dois países, juntamente com o Paraguai, firmaram o Acordo Tripartite, com que superaram finalmente suas divergências sobre o aproveitamento hidroelétrico do Alto Paraná. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 435)

O Conflito do Canal de Beagle por pouco não se efetivou, tendo sido evitado devido à mediação do Papa João Paulo II, que apresentou uma nova proposta que mantinha as ilhas sobre a soberania chilena, porém este não tendo o direito ao Atlântico (MELLO, 1996). Apesar dessa nova mediação, a Argentina não aceitou tal acordo mantendo as relações com o Chile em um estado de animosidade.

Com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979, as relações entre Brasil e Argentina encontraram um novo equilíbrio, possibilitando melhores trocas comerciais e acordos de cooperação. Por outro lado, o Chile continuou a demandar atenção da Junta Militar argentina, mantendo tropas ao longo de sua fronteira e representando risco de confrontação.

Estando o caso com o Brasil resolvido e a disputa com o Chile colocada em “panos quentes”, a Argentina teve que se voltar para o problema interno referente à crise econômica e à insatisfação popular quanto ao governo militar do país. Os militares argentinos começaram, então a mirar outro objetivo que fazia parte do seu plano de controle do Atlântico Sul e se tornar a primeira potência da América Latina. A questão geopolítica da soberania das Ilhas Malvinas envolvia outro objetivo, que era o de desviar a atenção da população para um novo inimigo externo, no caso a Inglaterra, buscando assim a união nacional em torno desse problema.

Como forma de garantir um alento à sociedade argentina a dar continuação aos planos geopolíticos, o regime militar elaborou o plano de recuperação das Ilhas Malvinas antes que se concretizasse o aniversário de 150 anos da ocupação inglesa. O plano argentino consistia em recuperar as Ilhas de forma rápida, forçando o governo britânico a negociar sua devolução e contando com a “vista grossa” dos EUA, que não deveriam entrar no mérito da questão, já que tanto a Inglaterra como a Argentina eram seus aliados e o assunto apenas aos dois caberia. Com esse pensamento, os militares argentinos enquadravam seu país em uma posição de relativa igualdade para com a Inglaterra no tocante à sua importância para os EUA. O alinhamento das políticas argentinas às de Washington e o apoio a sua posição de confrontação com os soviéticos, reforçava no pensamento militar a importância de seu país para os EUA, garantindo assim o seu apoio ou então neutralidade nessa questão.

Segundo o plano inicial, a retomada das Ilhas seria efetivada nos meses de inverno no hemisfério sul, dificultando uma reação inglesa por mar, porém com o agravamento da crise política na Argentina os planos foram antecipados para o dia 2 de Abril de 1982. A retomada deu-se com poucos enfrentamentos entre os soldados britânicos e os soldados argentinos que desembarcavam dos navios e veículos anfíbios. Em poucas horas a bandeira portenha era hasteada na capital das Ilhas.

Os planos argentinos tiveram sucesso no que tange a retomada do arquipélago e na comoção nacional, sendo que manifestações foram organizadas em comemoração à iniciativa do governo militar.

[...] A população de Buenos Aires teve ciência da operação nas Malvinas nas primeiras horas da manhã daquela mesma jornada de 2 de abril, por uma cadeia de

rádio e TV. O povo em festa correu a reunir-se em frente à Casa Rosada, Plaza de Mayo, como nos tempos do Vice-Reinado do Rio da Prata, aguardando um pronunciamento do Presidente General Leopoldo Galtieri, portando faixas e cartazes, cantando hinos. O próprio CGT que, havia duas jornadas, promovera manifestações contrárias ao Governo, convocou os trabalhadores a embandeirar a cidade e a comparecer à Plaza de Mayo [...] (DUARTE, 1986 p.94).

No que tange ao não envolvimento estadunidense e a reação inglesa, que previa se limitar a um protesto internacional, os argentinos não tiveram o mesmo êxito, errando em sua análise. Após tentativas de solução diplomática para a crise, mediada pelo secretário Alexander Haig, o governo do presidente Ronald Reagan declarou apoio à Rainha e enviou uma grande quantidade de suprimentos militares modernos, dos quais a Inglaterra não dispunha ou tinham baixa disponibilidade, possibilitando a esta empreender a retomada das Ilhas pela força, que iria se efetivar 74 dias após o desembarque argentino nas ilhas.

Ao mesmo tempo em que a crise política e econômica afetava o governo militar argentino havia insatisfação em relação ao governo da primeira ministra Margareth Thatcher na Inglaterra. Assim o conflito das Malvinas pôs à prova os dois governos, encurtando o fim dos militares argentinos e fortalecendo o inglês.

No que tange a essa abordagem, a reação de outros países para com a Argentina é essencial para o entendimento da atual situação sul-americana. A participação de terceiros no conflito não se limitou aos EUA, sendo que na América do Sul, Peru, Chile e Brasil tiveram um envolvimento além do campo diplomático na contenda anglo - argentina.

O Chile mantinha aberta a disputa sobre o Canal de Beagle, o que obrigava a Argentina a manter em alerta as tropas na fronteira, como fez durante todo o conflito com a Inglaterra, temendo o oportunismo chileno de aproveitar o momento para ocupar os territórios austrais em disputa. O governo chileno manteve uma posição favorável aos ingleses, havendo indícios de que este forneceu suas bases militares, de onde operaram aviões e helicópteros britânicos transportando tropas com o objetivo de sabotar os aviões argentinos responsáveis pelos ataques aos navios ingleses.

[...] O Chile encarava a presença inglesa no Atlântico Sul-Occidental como um freio às ambições navais argentinas e opunha-se à devolução das Malvinas, que considerava um risco à sua segurança nacional e um empecilho ao seu projeto hegemônico no “conjunto estratégico chileno”. (CHILD, 1987, apud MELLO, 1996)

Dessa forma, parte das forças argentinas que poderia participar do conflito foi obrigada a se manter no continente e evitar uma surpresa vinda do lado chileno.

Procurando reverter a carência argentina de equipamentos, o Peru, além de fornecer apoio diplomático se posicionando a favor da Argentina durante o conflito, vendeu-lhes uma

dezena de aviões Mirage 5P (MENDONÇA, 1999) de origem francesa logo após o findar das hostilidades. Essa postura por parte do Peru deveu-se a sua rivalidade com o Chile, originada na Guerra do Pacífico, buscando com essa atitude manter o equilíbrio militar na região. Outro país que deu apoio à reivindicação da Argentina foi a Venezuela, que mantinha uma disputa com a Inglaterra pela posse da região de Essequibo na Guiana Inglesa. Se a Inglaterra cedesse na questão das Ilhas Malvinas, abriria precedente para a devolução da região de Essequibo à Venezuela, assim como de Gibraltar à Espanha e Hong Kong à China continental.

Por sua vez, o Brasil estava em uma situação delicada, o que implicava em ações calculadas, pois se incorresse em erro poderia ter graves resultados para a sua economia e política externa. A posição brasileira, porém, já se mostrava favorável à Argentina antes do Conflito ter início, refletindo uma melhora nas relações entre os dois países que vinha desde a assinatura do Acordo Tripartite em 1979. No período entre a assinatura do Acordo e a eclosão do Conflito foram realizados diversos encontros entre as autoridades dos dois países e em um desses, como mostra Tomaz Espósito (2006), o Ministério das Relações Exteriores deixou claro o apoio à Argentina nas discussões sobre a soberania das Ilhas. Sendo assim, o Brasil não poderia declinar de sua posição, já que o que estava em jogo era a consolidação das relações entre Brasil e Argentina. Sobre o posicionamento efetivo do Brasil na questão, diversos autores se referem a ela como “Neutralidade Ativa”, “Omissão Pragmática” e “Neutralidade Imperfeita”.

Apesar de oficialmente assumir uma postura neutra, quando a Inglaterra e a Argentina romperam as relações diplomáticas, o Brasil assumiu a responsabilidade pela defesa dos interesses argentinos em Londres, “o que na prática significou um apoio à posição argentina”, (ESPÓSITO NETO, 2006 p. 114). As ações empreendidas pelo Brasil durante o Conflito e que se mostraram contrárias ao discurso de neutralidade vão além. A então Comunidade Econômica Européia (CEE) em apoio à Coroa Inglesa aprovou um embargo de exportação de armas para a Argentina, freando a entrega de produtos encomendados antes do Conflito, como no caso dos mísseis franceses Exocet, e implementou sanções econômicas com origens no país portenho. A partir disso o Brasil passou a exercer o papel de intermediário nas exportações argentinas, que eram operadas por empresas brasileiras para países que apoiavam o embargo contra os produtos argentinos, ajudando a diminuir o enorme prejuízo que o país platino teve. Segundo Moniz Bandeira, o Brasil pouco se beneficiou dessa condição já que poderia ter ocupado o lugar da Argentina dentro da CEE, como fornecedor de grãos e carne bovina:

[...] O que interessava não era competir e obter, circunstancialmente, o aumento da receita cambial, mas, sim, suprimir o sentimento de rivalidade, estabelecer confiança e fomentar as condições para ulterior integração da Argentina ao seu espaço econômico. Por isto, a orientação do governo Figueiredo foi no sentido de oferecer também facilidades para que a Argentina pudesse escoar parte de sua produção agropecuária através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande [...] (Moniz Bandeira, 2003 p.449).

A posição inversa nas transações comerciais, porém, foram afetadas e o Brasil aproveitou esse momento para ampliar a presença no país vizinho como fornecedor de produtos manufaturados, ocupando o lugar de empresas européias (ESPÓSITO NETO, 2006).

No campo militar a situação brasileira não foi menos complicada e teve maior repercussão na mídia por se tratar de casos emblemáticos, em que a “neutralidade” brasileira foi posta à prova.

A esquadra inglesa ao iniciar sua jornada até as Ilhas no Atlântico Sul teve negada a utilização dos portos brasileiros para reabastecimento, restando-lhes a Ilha de Ascensão, no meio do Oceano Atlântico, como alternativa. Uma exceção foi dada a um navio inglês que transportava feridos. Já a sua atitude em relação à Argentina foi positiva com relação à ajuda despendida.

As forças armadas argentinas estavam bem equipadas, porém, a força aérea precisava com urgência de um avião para realizar patrulhas marítimas e localizar a Força Tarefa Inglesa, já que o modelo em uso, o Lockheed P2 Neptune, já contava com 25 anos de operação e sofria com a manutenção. A solução para esse problema partiu do Brasil. No momento em que se desenvolviam os combates nos mares do sul, a Força Aérea Brasileira retirou de operação dois aviões de patrulha marítima EMB-111, conhecidos como “Bandeirulhas”, encaminhando-os para a Embraer em São José dos Campos, onde foi feita a preparação para o envio de tais aeronaves para a Argentina, recobrando-os com as cores da Armada daquele país (KALAUZ, 2006).

As aeronaves foram encaminhadas à Argentina sob regime de empréstimo sendo que, após findar o Conflito, foram devolvidas e reincorporadas à FAB. Tal fato não passou despercebido junto ao governo britânico que protestou em relação a essa negociação. O governo brasileiro encontrou justificativa no fato de que esses aviões se destinavam ao controle marítimo e não possuíam armamento, além de que não havia uma resolução na ONU que impedisse a negociação (ESPÓSITO NETO, 2006).

Outro fato que encontrou repercussão na imprensa foi o pouso de um avião inglês com problemas técnicos no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. O avião bombardeiro *Avro Vulcan* realizava uma incursão de ataque às Ilhas Malvinas e no seu retorno à Ilha de

Ascensão teve problemas no reabastecimento em vôo e foi obrigado a pousar em solo brasileiro. O governo do Brasil reteve a aeronave e sua carga bélica por vários dias e, ao liberá-la, fez mantendo o míssil que carregava no Brasil. Apesar de não prejudicar a empreitada britânica de retomar as Ilhas, esse fato colocou mais uma vez o Brasil em uma posição complicada, uma vez que a Argentina exigia a retenção da aeronave e, a Inglaterra, a sua imediata liberação.

A “neutralidade imperfeita” ou “ativa” do Brasil não logrou em ressentimentos por parte da Inglaterra já que esta saiu vitoriosa do Conflito, não se podendo crer que o mesmo aconteceria em caso de derrota. Um prejuízo tido pelo Brasil e que pode se relacionar ao Conflito foi a diminuição do fluxo de crédito internacional e a crise financeira brasileira, mas a esse fato estão associados outros fatores como a crise mexicana (ESPÓSITO NETO, 2006) e a Guerra Irã-Iraque que influenciava na produção de petróleo do Oriente Médio, entre outras coisas. Em relação à Argentina, a posição como parceira comercial do Brasil foi fortalecida e desfez-se, nesse momento, o sentimento de “rivalidade” com o país platino. Segundo um alto assessor da armada argentina: “*O conflito estava servindo para medir os verdadeiros amigos da Argentina*” (Apud ESPÓSITO NETO, 2006, p. 133).

A derrota no Conflito das Malvinas lembrou ao povo argentino as dificuldades em que se encontrava o país. A cortina de fumaça que o Conflito lançou sobre a memória dos argentinos em poucos dias se dissipou, retornando os protestos contra o governo militar, que além da crise econômica agravada, tinha que arcar com as conseqüências desta e a perda de quase 700 soldados.

Durante o governo militar, de 1976 a 1983, especialmente após o Conflito, a crise econômica ganhou corpo. A escolha governamental que teve maior peso sobre a economia argentina certamente foi a da retirada de incentivos à indústria, crente que a Argentina deveria se dedicar ao seu potencial agrícola e importar os produtos industrializados que necessitava. Segundo Moniz Bandeira (2003) essa atitude estava dentro do Processo de Reorganização Nacional que a Junta Militar implementara. Para Rogério Frigelio, “A Argentina foi o único país no mundo a caminhar no sentido inverso da história da humanidade: desindustrializou-se” (FRIGÉLIO, 1983 apud MONIZ BANDEIRA, 2003 p. 440).

As forças armadas do país platino, que outrora fora uma das mais bem equipadas da América do Sul, sofria com o embargo imposto pela CEE, da qual grande parte de seu material bélico provinha, parte dele da própria Inglaterra. A falta de manutenção e as pesadas perdas sofridas no Conflito fizeram com que se buscassem alternativas para recompor sua

frota, como o Peru e Israel, porém as forças armadas não a mantiveram o vigor que tinham antes do conflito.

O Brasil, apesar da recessão, desfrutava de uma posição melhor do que a da Argentina naquele momento, sendo que as exportações para o país vizinho cresciam na medida em que a indústria desse se tornava menos competitiva. Segundo Mello, a partir daí, o Brasil assumiu na América do Sul não uma posição de *hegemonia*, mas de *preponderância*, sendo que, o que tipifica a preponderância é que o peso ou a influência superiores de uma certa unidade não lhe conferem, necessária ou automaticamente, uma posição de supremacia ou de comando nas suas relações com as unidades mais fracas que integram a constelação política (MELLO, 1996)

As relações entre Brasil e Argentina no contexto pós-Malvinas foram bastante prósperas com vários projetos em desenvolvimento, buscando a integração entre as duas economias de forma a serem complementares. O processo de redemocratização de ambos os países deu grande impulso à conversação entre os dois Estados, que despidos da retórica militar que antes acompanhava as tomadas de decisões, possibilitou a cooperação em grandes áreas, sendo algumas estratégicas. A partir disso, as negociações sobre a formação de um bloco econômico, nos moldes da CEE, passaram do projeto à fase de implantação, com a participação direta do Paraguai e Uruguai.

As alianças anteriores aos acordos que levaram à criação do Mercosul eram sustentadas pelas “rivalidades” entre os países do continente, de forma a equilibrar a balança de poder na região, como eram as relações Brasil-Chile e Argentina-Peru. Essas se desfizeram, sendo substituídas por uma aliança no eixo Brasil-Argentina sustentada agora por princípios econômicos e políticos. “Os países menores, como o Uruguai, Paraguai e Bolívia, perderam o espaço em que balouçavam, exercitando uma política pendular a fim de explorar a rivalidade entre o Brasil e a Argentina” (MONIZ BANDEIRA, 2003 p. 469).

A integração entre o Brasil e a Argentina teve início quando da solução do conflito diplomático que envolvia a construção da Represa de Itaipu, abrindo assim possibilidades para o desenvolvimento conjunto. Porém o Conflito das Malvinas, a despeito do seu caráter trágico, teve o papel de fortalecer esse novo momento pelo qual passavam os dois países.

Em razão da guerra pelas Falklands/Malvinas, a Argentina perdeu seus parceiros políticos e econômicos (Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia), o que resultou num processo de “mudança” de rota de sua política internacional. A ênfase, no pós-guerra das Falklands/Malvinas, era nas relações com os países vizinhos, entre eles o Brasil [...] (ESPÓSITO NETO, 2006).

Nas palavras de Silveira “Estranhamente, a tragédia das Malvinas representa um fato decisivo para a aproximação argentino brasileira”. (SILVEIRA,1992, p.72 )

### **3.4. O Momento Atual**

A América do Sul continua a ser uma das regiões do mundo com menor incidência de guerras, porém não está totalmente livre delas. A última confrontação de proporções consideráveis ocorreu no ano de 1995, entre Equador e Peru, que se digladiaram pela região fronteira da Cordilheira do Condor, em meio à selva amazônica. Nesse enfrentamento os dois países lançaram mãos de equipamentos sofisticados, como caças supersônicos, helicópteros de ataque e mísseis antiaéreos. Em um dos embates, o Equador logrou abater dois aviões peruanos que haviam invadido seu espaço aéreo, por intermédio de seus caças interceptadores e mísseis guiados por infravermelho. Nunca antes na América do Sul, dois países haviam feito uso de tais armas em um conflito. Esse episódio e outros mais recentes, também entre países da região noroeste da América do Sul, ressaltam que há pendências a serem resolvidas e que elas podem ser feitas com o uso da força.

O processo de integração entre o Brasil e Argentina, envolvendo Paraguai e Uruguai através do Mercosul, tem ao longo dos anos caminhado em busca da completa integração, atravessando as barreiras históricas há muito criadas e empecilhos externos, contrários a sua consolidação. A busca pela integração econômica teve origem na dissolução da disputa pelo aproveitamento energético da bacia do Rio da Prata, através da aceitação da Argentina, que enfrentava um conflito fronteiriço com o Chile naquele momento. A disputa com o Brasil foi resolvida pela diplomacia, enquanto a com o Chile quase desencadeou um confronto. Já a Guerra pelas ilhas Falklands/Malvinas foi um fator decisivo para a aproximação entre a Argentina e o Brasil.

A contenda entre a Inglaterra e o país portenho abriu o caminho para, mesmo que limitado, o Brasil se aproximasse ainda mais da Argentina, fazendo isso em um momento de crise, o que reforçou os laços de confiança entre os dois países. O empréstimo de aeronaves e as operações comerciais feitas pelo Brasil são os símbolos da superação da rivalidade.

Atualmente a fronteira sul do Brasil permanece militarizada, fruto do processo de confrontação histórico na colonização e absorvido pelos Estados Nacionais. Essa região do País concentra uma grande quantidade de equipamentos e pessoal, vistos em outras poucas áreas do país. O estado do Rio Grande do Sul possui duas bases aéreas, em Santa Maria e Canoas, que estão equipadas com os principais aviões de caça utilizados pela FAB. Além

dessas, as outras duas bases aéreas que estão equipadas com aeronaves de caça estão no Rio de Janeiro, na Base Aérea de Santa Cruz, e no Distrito Federal, na Base Aérea de Anápolis. A partir de 2004, como aponta Higuchi e Bastos Jr (2009), O Exército Brasileiro concentrou na região sul quase a totalidade de sua arma blindada, sendo que o Rio Grande do Sul passou a sediar o maior número dessas Organizações Militares. Para Bastos (2003) essa disposição influi no equilíbrio militar da região, já que deixa claro que os nossos “inimigos” estão no sul.

Não se espera que a desmobilização do efetivo militar da região sul acompanhe a velocidade com que os laços de cooperação com os países do Mercosul se estreitam, devido ao seu histórico e à importância que muitos quartéis desempenham em algumas cidades, porém a permanência e reforço de suas unidades podem trazer complicações para o processo de integração.

A crescente importância da região amazônica e os problemas como o das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o tráfico de drogas nessa região e a vistosa compra de armamentos russos por parte da Venezuela, em substituição aos equipamentos estadunidenses tem sido mais um argumento aos que defendem a militarização da Amazônia.

No momento, o Brasil passa por um processo de reestruturação das Forças Armadas, realizado pelo Ministério da Defesa, discutindo os planos futuros para as três armas e no tocante a integração, a Venezuela ensaia a sua entrada para o Mercosul, mostrando a necessidade de continuar o estudo dessa temática.

#### **4. CONCLUSÃO**

O presente trabalho buscou investigar as origens das rivalidades entre os países sul-americanos e as suas influências no processo de integração do continente, com especial atenção aos países da Bacia Platina, onde está inserido o principal projeto de integração na América do Sul.

Através do resgate histórico do processo de colonização e formação territoriais dos impérios e posteriormente Estados Nacionais, foi possível esclarecer a construção do processo de rivalidade estabelecido na Bacia do Prata, assim como, as tentativas de integração que foram apresentadas nos interstícios dos conflitos que ocorreram na região. A proximidade com que a rivalidade e as propostas de integração, união econômica, cooperação e parcerias se apresentam demonstram ao mesmo tempo a insolvência de um processo originado no período colonial e a sempre latente tentativa de sua superação através de pactos desenvolvimentistas. Outra questão implícita nesses processos é a influência externa de países

centrais, os quais se mobilizam na tentativa de paralisar as aproximações e aguçar as rivalidades.

O Mercosul, uma das mais recentes propostas no sentido de aproximação entre países sul-americanos e, até agora, mais desenvolvida, tem suas origens justamente em um momento de confiança estabelecido entre Brasil e Argentina, onde a superação de uma disputa e a ocorrência de uma guerra propiciou condições para que tal acordo tomasse forma. Entretanto, nos últimos 20 anos, por diversas vezes se observou um breve retorno a situações de alargamento das relações entre os principais fiadores do bloco e intenções que demonstravam que a rivalidade ainda não desaparecera por completo. Para tanto, cabe ainda discussões mais aprofundadas sobre as relações Conflito x Integração na América do Sul, onde um assunto necessário é a integração em defesa, que poderia solucionar de vez as disputas.

Esse artigo é apenas um dos primeiros resultados dessa pesquisa, a qual vem sendo desenvolvida no mesmo sentido, buscando dar subsídios para a compreensão da vertente geopolítica do processo de integração da América do Sul.

## 5. REFERÊNCIAS

BASTOS, Expedito C. S. **O Futuro Incerto Da Arma Blindada Brasileira**. 2003. Disponível em: < <http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/Art%2033.htm>>. Acesso em: 30 de março de 2009.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

COSTA, Rogério Haesbaert da; MOREIRA, Igor A. G. **Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul**. 3ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais do Brasil**. 7ª ed. São Paulo, Editora Contexto, 1997.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. V.1.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. 189 f

\_\_\_\_\_. **A diplomacia das armas: Considerações sobre a política externa argentina do período militar (de 1976 a 1983)**. 2006. Disponível em: <<http://www.geocities.com/politicausp/M5-Esposito.doc>>. Acesso em: 14 de jan. de 2009.

\_\_\_\_\_. **As águas da discórdia**. 2008. Disponível em:< <http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page17/files/TomazEsposito.pdf>>. Acesso em: 14 de jan. de 2009.

HIGUCHI, Hélio; BASTOS Jr., Paulo Roberto. As Couraças dos Pampas: A Força Blindada no Rio Grande do Sul. **Revista Tecnologia & Defesa**, São Paulo, Ano 26, n.117, p 82-94, 2009.

KALAUZ, Julio E. Cumprindo o Acordo: o Embraer EMB-111 Bandeirulha em combate no Atlântico Sul. **Revista Força Aérea**, Rio de Janeiro. Ano 11, n. 42, p. 72-81, mar./abr./mai. 2006.

KONRAD, Kaiser. **Conflito Canal de Beagle**: os 30 anos do Conflito do Canal de Beagle. 2008. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/missao/beagle/4.htm>>. Acesso em: 12 de jan. de 2009.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria - RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, 2008. 175 p.

MELLO, Leonel Itaussu A. **Argentina e Brasil**: a balança de poder no Cone Sul. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

MENDONÇA, Marcelo C. Continente Delta: Mirage, Dagger, Kfir e Finger na América Latina. **Revista Força Aérea**, Rio de Janeiro. Ano 4, n. 14, p. 68-77, mar./abr./mai. 1999.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul**: (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870 -2003). 2º ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Integração latino-americana**: projetos e realidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

VLACH, Vânia Rubia Faria. Estudo Preliminar acerca dos Geopolíticos Militares Brasileiros. **Terra Brasilis** – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Rio de Janeiro, Anos III-IV, N.4/5 - Território, p.137-159, 2002-2003.